

O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX¹

Rafael Marquese

Dale Tomich

A MONTAGEM DA CAFEICULTURA BRASILEIRA NA HISTORIOGRAFIA

Será de ora em diante o escudo de armas deste Reino do Brasil, em campo verde uma esfera armilar de ouro atravessada por uma cruz da Ordem de Cristo, sendo circulada a mesma esfera de 19 estrelas de prata em uma orla azul; e firmada a coroa real diamantina sobre o escudo, cujos lados serão abraçados por dois ramos das plantas de café e tabaco, como emblemas da sua riqueza comercial, representados na sua própria cor, e ligados na parte inferior pelo laço da Nação.²

Essas palavras, firmadas por D. Pedro em 18 de setembro de 1822, estabeleciam o escudo de armas a ser gravado na bandeira do Estado nacional recém-instituído. A letra do decreto expressava, antes de tudo, uma aposta para o futuro. Naquela altura, ainda que suas exportações verificassem crescimento acelerado há cerca de uma década, o café brasileiro estava longe de ser um “emblema da riqueza nacional”. Se o escudo pretendesse efetivamente traduzir o quadro econômico do novo Império, deveria trazer feixes de cana de açúcar, fardos de algodão e um navio negreiro. A aposta embutida simbolicamente no decreto, no entanto, logo demonstraria ter sido certa.

Com efeito, em 1828, o Brasil despontava como o maior produtor mundial do artigo. Ao longo da década seguinte, os valores obtidos com

¹ Uma versão anterior desse capítulo apareceu em GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. II, p. 339-383. Para a presente edição, atualizamos a bibliografia e efetuamos algumas pequenas correções. O capítulo foi originalmente escrito no âmbito do projeto coletivo “The world of the plantation and the world the plantations made: the ‘great house tradition’ in the american landscape”, que contou com uma *Collaborative Research Grant* da *Getty Foundation* entre 2005 e 2009.

² D. PEDRO I, 1822 apud SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 179.

sua exportação ultrapassariam o que o país amalhava com o envio de açúcar ao mercado mundial.³ Quase toda essa produção, ademais, vinha de uma única região. O vale do rio Paraíba do Sul, ou simplesmente Vale do Paraíba, compreendendo terras das províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, passou por uma completa alteração no curso de duas gerações. Relativamente desocupado em 1800, cinquenta anos depois havia adquirido o caráter de típica região escravista de plantation. Algo semelhante havia ocorrido em outros momentos e espaços na história do Brasil, como na Zona da Mata pernambucana e no Recôncavo Baiano na passagem do século XVI para o XVII, ou no Maranhão e em Campos dos Goitacases nas décadas finais do século XVIII. A escala do que se verificou no Vale do Paraíba na primeira metade do século XIX, contudo, foi inédita, e, seu impacto para a conformação do Estado nacional brasileiro, decisivo. Já se escreveu que, se a cafeicultura tivesse deitado raízes em outra região do território nacional e não nas proximidades da Corte, a história do Império bem poderia ter sido outra.⁴ Daí o dito oitocentista “o Brasil é o Vale”, com larga carreira no senso comum e mesmo na historiografia. Mas não apenas isso. Poder-se-ia igualmente afirmar que o café como produto de massa era o Vale. Afora o completo domínio que o Brasil assumiu no mercado mundial do artigo ao longo do século XIX, o volume inaudito de sua produção foi central para a própria transformação da natureza daquele mercado, que passou das restrições ligadas ao consumo de luxo para a escala qualitativamente distinta do consumo de massa.⁵

As articulações entre o mercado mundial e a montagem da cafeicultura brasileira estiveram na pauta de investigação dos pesquisadores desde a década de 1940. Encarando a formação da cafeicultura como uma espécie de “destino manifesto” do Brasil, os historiadores tenderam a relacioná-la

3 Todos os dados referentes à produção mundial de café citados neste capítulo – exceto quando fornecemos outra referência – foram retirados do cuidadoso apêndice preparado por Mario Samper e Radin Fernando para o livro editado por William Gervase Clarence-Smith e Steven Topik, *The Global Coffee Economy in Africa, Asia, and Latin America, 1500-1989* (Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003, p. 411-62). Os dados referentes aos valores relativos das exportações brasileiras podem ser vistos em PINTO, Virgílio Noya. Balanço das transformações econômicas no século XIX. In: MOTA, C. G. *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968, p. 152; e CANABRAVA, Alice P. A grande lavoura. In: _____. *História Econômica: estudos e perspectivas*. São Paulo: ABPHE: Hucitec: Ed. Unesp, 2005, p. 166. 1. ed. 1971.

4 Cf. DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 195.

5 Cf. TOPIK, Steven. The Integration of the World Coffee Market. In: CLARENCE-SMITH, W. G.; TOPIK, S. (Org.). *The Global Coffee Economy in Africa, Asia, and Latin America, 1500-1989*, p. 21-49.

à crise da mineração e à retomada das atividades agroexportadoras na virada do século XVIII para o XIX. De acordo com essa interpretação, o café, plenamente adequado às condições naturais do centro-sul do Brasil (terras virgens, clima, altitude, proximidade dos portos litorâneos), começou a ser produzido em larga escala no momento que a demanda mundial aumentou, após a revolução escrava de Saint-Domingue e o arranque da industrialização nos países centrais, mobilizando, para tanto, os recursos ociosos – capitais e escravos – derivados da crise da mineração.⁶ Em que pesem as variações de ênfase, todos esses estudos se prenderam ao que Stuart Schwartz denominou como o “paradigma dependentista” de análise do passado colonial brasileiro, ou seja, um modelo de interpretação que ressaltava seu caráter escravista, agroexportador, voltado para a geração de riquezas nos centros da economia mundial capitalista.⁷

Os esforços de revisão desse modelo promovidos a partir da década de 1970, aliados à verificação empírica de que o estoque de mão de obra escrava empregada nos primeiros cafezais não era aquele das antigas zonas de mineração, levou alguns historiadores a modificarem as lentes utilizadas para a análise da formação da cafeicultura brasileira. O foco, agora, passou a incidir sobre a dinâmica societária local. Um bom exemplo dessa perspectiva é o trabalho de João Fragoso.⁸ Com base na constatação de que a expansão definitiva da produção escravista de café do Vale do Paraíba ocorreu em uma conjuntura de queda nos preços internacionais do artigo (1822-1830), Fragoso voltou sua análise para as formas de produção e de circulação

6 Ver, a propósito, os trabalhos clássicos de SIMONSEN, Roberto. Aspectos da História econômica do café. Separata de: *Revista do Arquivo*, São Paulo, 1940; PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.159-167. 1. ed. 1945; STEIN, Stanley J. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. 1. ed. 1957; FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1974, p. 110-116. 1. ed. 1959; VALVERDE, Orlando. A fazenda de café escravocrata no Brasil. In: _____. *Estudos de geografia agrária brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1985, 1. ed. 1965; COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1989, 1. ed. 1966; CANABRAVA, Alice P. A grande lavoura.

7 Cf. SCHWARTZ, Stuart B. *Da América portuguesa ao Brasil: estudos históricos*. Lisboa: Difel, 2003.

8 Cf. FRAGOSO, João. *Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista-colonial: Rio de Janeiro, 1790-1888*. 1990. 3 v. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990; FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992; FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia – Rio de Janeiro (c.1790-c.1840)*. Ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; FRAGOSO, João. *Barões do café e o sistema agrário escravista: Paraíba do Sul / Rio de Janeiro (1830-1888)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

articuladas em torno da praça mercantil do Rio de Janeiro. Configurando um “mosaico de formas não-capitalistas de produção”, elas teriam permitido a acumulação de capitais nas mãos dos grandes negociantes residentes no Rio de Janeiro, que monopolizavam o tráfico negreiro transatlântico e operavam no mercado interno. Esses capitais, por sua vez, teriam sido reinvestidos em larga escala na produção escravista em zonas de fronteira, a despeito de sua lucratividade menor em relação às atividades mercantis. O movimento todo seria impulsionado pelo ideal “arcaico” que conformava o *êthos* senhorial-escravista, isto é, a posse de terras e homens como sinal decisivo de distinção social. Nas palavras de Fragoso, “no sistema abordado, o investimento na produção está subordinado a uma lógica que é a da recorrência de uma dada estratificação assentada nas diferenças entre os grupos sociais, via prestígio”.⁹ Nada, portanto, de resposta às demandas do mercado mundial: a cafeicultura escravista brasileira teria sido montada única e exclusivamente em razão das ações locais.

As inconsistências empíricas e teóricas do modelo de Fragoso – uma espécie de espelho invertido do “paradigma dependentista” – já foram devidamente criticadas pelos historiadores.¹⁰ Em todas essas críticas, ou mesmo nas interpretações mais recentes acerca do tema,¹¹ os pesquisadores ressaltam a impossibilidade de compreender o processo de montagem da cafeicultura escravista brasileira sem se remeter a processos globais mais amplos, examinando suas interconexões com as condições locais.

9 FRAGOSO, 1992, p. 297.

10 As críticas foram apresentadas, sobretudo, por GORENDER, Jacob., *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990. p. 81-83; SCHWARTZ, Stuart B. *Somebodies and Nobodies in the Body Politic: mentalities and social structures in colonial Brazil*. *Latin American Research Review*, Albuquerque: University of New Mexico Press, v. 31, n. 1, p. 113-134, 1996; MARIUTTI, Eduardo; NOGUEIRÓI, Luiz; DENIELI NETO, Mario. Mercado interno colonial e grau de autonomia: crítica às propostas de João Luís Ribeiro Fragoso e Manolo Florentino. *Estudos Econômicos*, São Paulo: Edusp, v. 31, n. 2, p. 369-93, 2001; TEIXEIRA, Rodrigo Alves. Capital e colonização: a constituição da periferia do sistema capitalista mundial. In: PIRES, Julio Manuel; COSTA, Iraci del Nero da (Org.). *O capital escravista-mercantil e a escravidão nas Américas*. São Paulo: Educ, 2010. p. 195-199. Ver, também, MARQUESE, Rafael de Bivar. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. *Revista de Historia*, São Paulo: USP, n. 169, p. 223-253, 2. sem. 2013.

11 Como, por exemplo, os trabalhos de LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Edusp, 2005. p. 81-106; e TOPIK, Steven; SAMPER, Mario. The Latin American Coffee Commodity Chain: Brazil and Costa Rica. In: TOPIK, S.; MARICHAL, C.; FRANK, Z. (Org.). *From Silver to Cocaine: Latin American commodity chains and the building of the world economy, 1500-2000*. Durham: Duke University Press, 2006. p. 147-173.

É o que pretendemos fazer neste capítulo, que tratará do papel do Vale do Paraíba na formação do mercado mundial do café ao longo do século XIX. Por um lado, a análise do quadro global partirá do pressuposto de que os espaços produtivos mundiais se formaram uns em relação aos outros. A unidade submetida à análise, por conseguinte, não serão as colônias ou os países agro-exportadores tomados de forma isolada, mas sim a arena mais ampla da economia-mundo. Isso é tanto mais premente para o caso dos artigos tropicais: como iremos indicar no capítulo, os movimentos do café e do açúcar guardaram uma estreita relação nos séculos XVIII e XIX. Por outro lado, a análise do quadro local levará em conta não apenas a composição regional de terra, trabalho e capital, mas igualmente a dinâmica política, vale dizer, as relações entre fazendeiros, trabalhadores escravizados e o Estado nacional. A formação da cafeicultura escravista brasileira dependeu de ações políticas concertadas, no plano da esfera nacional, para criar as condições institucionais necessárias para o arranque da atividade e o consequente controle do mercado mundial do artigo. Essas ações incidiram fundamentalmente no campo da política da escravidão. O período de montagem das grandes unidades cafeicultoras do Vale Paraíba avançou na fase de ilegalidade do tráfico negreiro transatlântico (1835-1850), com a aquisição de escravarias que, de acordo com a lei imperial de 7 de novembro de 1831, seriam formalmente livres. Sem a existência de um quadro interno que desse segurança política e jurídica aos senhores possuidores de africanos ilegalmente escravizados, certamente o Brasil não despejaria nos portos e armazéns do hemisfério norte as sacas de café com as quais dominou o mercado mundial do produto no século XIX.

A ERA DAS REVOLUÇÕES E OS NOVOS PRODUTORES NA ARENA MUNDIAL, C.1790-1830

A despeito de o café ter sido, desde o século XVI, um dos mais valiosos bens agrícolas a entrar nos circuitos mercantis internacionais, os poderes coloniais europeus demoraram a produzi-lo. Até fins do século XVII, os otomanos monopolizaram essa esfera.¹² Os primeiros europeus a granjearem

12 Cf. TUCHSCHERER, Michel. Coffee in the Red Sea Area From the Sixteenth to the Nineteenth Century. In: CLARENCE-SMITH, W. G.; TOPIK, S. (Org.). *The Global Coffee Economy in Africa, Asia, and Latin América, 1500-1989*, p. 50-66. Ver, também, o volume editado por esse historiador: TUCHSCHERER, Michel. *Le commerce du café avant l'ère des plantations coloniales*. Le Caire: Institut Français D'Archéologie Orientale, 2001.

o artigo foram os holandeses. Na década de 1690, a Companhia das Índias Orientais (V.O.C.) implantou seu cultivo em Java, no que logo foi seguida pelos franceses em Reunião. Na década de 1720, quando o arbusto foi também aclimatado em colônias do Novo Mundo (Suriname, Martinica, Guadalupe), holandeses e franceses introduziram pela primeira vez quantidades substantivas do gênero nos mercados metropolitanos. Até meados dos setecentos, contudo, o volume não foi vultoso em vista do que seria obtido posteriormente: os holandeses não lograram produzir em Java mais do que 2.500 toneladas anuais, volume um pouco inferior ao que os franceses obtinham na Martinica na década de 1750.¹³

O salto na produção a cargo dos europeus ocorreu após a Guerra dos Sete Anos, em larga medida por conta da explosão cafeeira de Saint-Domingue. As exportações dessa colônia pularam do patamar de cerca de 3.100 t, em 1755, para perto de 34.000 t, em 1790. Na última data, a produção dos franceses nas Antilhas e no Índico (Saint-Domingue, Martinica, Guadalupe, Caiena, Reunião) somava cerca de 48.000 t, algo equivalente a 70 % do total do globo, estimado em 69.400 t. Como se vê, às vésperas da revolução, Saint-Domingue era, por si só, responsável por metade da produção mundial de café, afora cerca de um terço da produção mundial de açúcar.¹⁴ Esse mercado, contudo, era relativamente restrito, limitado ao consumo de luxo das camadas urbanas da Europa continental e do Levante Asiático.¹⁵

O crescimento da cafeicultura em Saint-Domingue esteve no coração dos eventos que conduziram à revolução. Por razões técnicas e ecológicas, as terras inicialmente cultivadas com os pés de café foram aquelas que não eram empregadas na empresa açucareira, isto é, os outeiros – ou *mornes* – do interior da colônia, cuja geomorfologia impedia a formação de grandes unidades rurais. Com exigências iniciais de inversão bem menores que o açúcar, a atividade cafeeira oferecia uma via de acumulação de riqueza e mobilidade social aberta aos pequenos e médios proprietários escravistas, sobretudo ao número crescente de mulatos e negros livres que dispunham

de poucos capitais.¹⁶ O sucesso econômico da cafeicultura acirrou, na década de 1780, os conflitos entre esses grupos racialmente subalternos, mas endinheirados, e a população branca da colônia, vale dizer, os grandes empresários açucareiros e os brancos pobres (*petits blancs*). Esse quadro altamente explosivo veio abaixo com os eventos revolucionários metropolitanos. A instituição da Assembleia Nacional em Paris, no ano de 1789, estimulou de imediato os anseios autonomistas das classes senhoriais antilhanas. Ainda no segundo semestre de 1789, os senhores das diversas ilhas francesas, notadamente os de Saint-Domingue, formaram Assembleias coloniais para lutar por maior liberdade política e econômica. Entretanto, não foram apenas os proprietários escravistas brancos que se articularam para obter ganhos com a nova conjuntura política: os homens livres de cor, negros e mulatos, muitos dos quais lastreados nos recursos obtidos com o café, também se mobilizaram, buscando ampliar seus direitos políticos. Os proprietários escravistas negros e mulatos exigiam em especial o direito de participação nas eleições para a Assembleia colonial. O conflito entre negros e mulatos livres, por um lado, e brancos, por outro, acirrou-se durante o ano de 1790, distendendo-se logo em confronto aberto. Até meados de 1791, essas lutas não comprometeram a economia escravista de Saint-Domingue. A grande virada veio em agosto deste ano: a impressionante revolta dos escravos da parte norte da colônia acabou de vez com o equilíbrio precário que vinha sendo mantido entre brancos e mulatos desde 1789.¹⁷

Não cabe aqui resumir o processo revolucionário que levou, em janeiro de 1804, à proclamação do segundo Estado soberano do Novo Mundo. Importa que a Revolução do Haiti, no curso de seus quinze anos, além de ter acabado nos campos de batalha com a escravidão negra e assombrado os poderes escravistas em todo hemisfério americano, alterou por completo a configuração da oferta mundial de café e de açúcar. Mesmo que o primeiro artigo tenha continuado a ser cultivado – agora em bases camponesas – no país recém-independente, ao contrário do abandono do açúcar,¹⁸ somente

13 Cf. MAY, Louis-Philippe. *Histoire Économique de la Martinique (1635-1763)*. Fort-de-France: Société de Distribution et de Culture, 1972. 1. ed. 1930.

14 Cf. FERNÁNDEZ, Doria González. Acerca del mercado cafetalero cubano durante la primeira mitad del siglo XIX. *Revista de la Biblioteca Nacional José Martí*, Habana, n. 2, p. 154, 1989; TROUILLOT, Michel-Rolph. Motion in the System: coffee, color, and slavery in eighteenth-century Saint-Domingue. *Review*, New York: Research Foundation of SUNY, v. 5, n. 3, p. 337, Winter 1982.

15 VRIES, Jan de. *The Industrious Revolution: consumer behavior and the household economy, 1650 to the present*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2008. p. 183.

16 Cf. TROUILLOT, Michel-Rolph. Motion in the System: coffee, color, and slavery in eighteenth-century Saint-Domingue; GIRAULT, Christian A. Girault. *Le commerce du café en Haïti: habitants, spéculateurs et exportateurs*. Paris: C.N.R.S., 1981. p. 55.

17 A melhor análise recente da Revolução de Saint-Domingue está no livro de DUBOIS, Laurent. *Avengers of the New World: the story of the Haitian Revolution*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2004.

18 Sobre as implicações políticas desta reconfiguração, ver TROUILLOT, Michel-Rolph. *Haiti, State against the Nation: the origins and legacy of duvalierism*. New York: Monthly Review Press, 1990, p. 36-82.

em fins do século XIX a produção de café voltou ao patamar anterior à revolução, ou seja, à cifra de 30.000 toneladas anuais; nos anos do conflito e nas décadas imediatamente posteriores, o volume caiu para mais da metade do que era em 1790. Em uma conjuntura de curva ascendente do consumo, a retirada brusca de Saint-Domingue do mercado teve impacto imediato sobre as demais zonas cafeicultoras mundiais.

De início, os espaços que mais se aproveitaram do vácuo de Saint-Domingue foram os que já produziam café antes de 1790. Tome-se, em primeiro lugar, o caso das possessões britânicas. Ao longo do século XVIII, a produção cafeeira cresceu lentamente nas Antilhas inglesas, muito por conta da política tarifária adotada pela metrópole. Por volta de 1730, o governo imperial estabeleceu uma pesada taxa sobre as importações de café, com o objetivo de proteger o trato asiático do chá comandado pela Companhia Inglesa das Índias Orientais (E.I.C.).¹⁹ Na década de 1780, com a redução dessas tarifas, a produção colonial aumentou, a ponto de a Jamaica obter cerca de 1.000 toneladas métricas em 1790. Com o levante escravo no norte de Saint-Domingue e a radicalização do processo revolucionário, a resposta dos senhores de escravos jamaicanos foi imediata. A produção saltou para 6.000 t nos anos finais do século XVIII, atingindo o pico histórico de 13.500 t em 1808.²⁰ Foi nesta conjuntura que P.J. Laborie, cafeicultor escravista de Saint-Domingue refugiado na Jamaica, escreveu – em inglês – seu famoso livro, reportado por boa parte do século XIX como o manual agrônomico mais importante sobre o assunto, traduzido para o português e o espanhol já na década de 1800.²¹

19 Cf. SMITH, S. D. Accounting for Taste: British coffee consumption in historical perspective. *Journal of Interdisciplinary History*, Cambridge: MIT Press Journals, v. 27, n. 2, p. 183-214, Autumn 1996.

20 Cf. SMITH, S. D. Sugar's Poor Relation: coffee planting in the British West Indies, 1720-1833. *Slavery and Abolition: A Journal of Slave and Post-Slave Studies*, Coventry, v. 19, n. 3, p. 73, December 1998; HIGMAN, B. W. *Jamaica Surveyed: plantation maps and plans of the eighteenth and nineteenth centuries*. Kingston: University of the West Indies Press, 2001. p. 159-191.

21 A edição em inglês foi publicada sob o título *The Coffee Planter of Saint Domingo; with an Appendix, containing a view of the Constitution, Government, Laws, and State of that Colony, previous to the Year 1789*. (Londres: T. Cadell & W. Davies, 1798). A tradução para o português, a cargo de Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, foi inserida na notável coleção dirigida pelo Frei José Mariano da Conceição Velloso, *O fazendeiro do Brasil: bebidas alimentosa*, na parte II: "O café" (Lisboa: Oficina de Thaddeo Ferreira, 1800. t. III). A primeira edição em castelhano, vertida por Pablo Boloix, saiu em 1809, sendo reimpressa onze anos depois: *Cultivo del cafeto, o arbol que produce el café, y modo de beneficiar este fruto*. (Habana: Oficina de Arazozo y Soler, 1820). Em 1870, tratando da cafeicultura no Ceilão britânico, Guilherme Sabonadière considerava o manual de Laborie como a melhor peça já escrita sobre o assunto. Ver seu *O fazendeiro do café em Ceylão*. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1875. 2. ed. em inglês 1870. Para uma comparação entre

As terras empregadas na cafeicultura jamaicana eram diferentes das que se utilizavam no negócio açucareiro, por razões semelhantes às registradas para a colônia francesa. Ainda que, no que se refere àquele insumo, não houvesse competição entre o açúcar e o café, o mesmo não se pode afirmar em relação ao fator trabalho. O quadro se agravou sobremaneira após a abolição do tráfico transatlântico de escravos para as colônias inglesas, não sendo de estranhar que o ponto máximo da cafeicultura jamaicana tenha sido atingido justamente em 1808. Para além da exaustão ecológica e do restrito consumo metropolitano,²² os cafeicultores jamaicanos precisaram enfrentar, na esfera local, a demanda de braços escravos por parte dos engenhos de açúcar, que mantiveram a duras penas sua viabilidade econômica nas décadas seguintes. Não obstante a queda de competitividade, decorrente de quase dois séculos de exploração ininterrupta e de uma planta agro manufatureira inadequada diante das novidades trazidas por seus concorrentes internacionais diretos, nas três primeiras décadas do século XIX os engenhos de açúcar jamaicanos provaram ser mais eficazes que seus congêneres cafeeiros.²³ Problema análogo de competição entre os engenhos de açúcar e as fazendas de café pelos cativos cada vez mais escassos, sempre em prejuízo das últimas, verificou-se em Demerara, antiga possessão holandesa adquirida pelos ingleses no curso das revoluções atlânticas.²⁴

De todo modo, se os proprietários jamaicanos aproveitaram satisfatoriamente o vácuo de Saint-Domingue nas décadas de 1790 e 1800, o mesmo não se pode afirmar da V.O.C. no espaço do Índico, algo tanto mais notável em vista do papel que Java desempenharia no mercado mundial a partir da década de 1830. Na verdade, durante todo o século XVIII, a oferta javanesa foi inelástica. Nos primeiros anos de exploração sistemática da atividade,

os procedimentos de tradução de Laborie para o espanhol e o português, que muito revela sobre o corte que o Vale do Paraíba trouxe para o mercado mundial do café, ver MARQUESE, Rafael de Bivar. A ilustração luso-brasileira e a circulação dos saberes escravistas caribenhos: a montagem da cafeicultura brasileira em perspectiva comparada. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, v. 16, n. 4, p. 855-880, out.-dez. 2009.

22 Sobre o consumo metropolitano, ver os artigos de S.D. Smith citados nas notas 19 e 20; sobre a questão ambiental, ver MONTEITH, Kathleen E. A. Planting and Processing Techniques on Jamaican coffee plantations, during slavery. In: SHEPHERD, V. (Org.). *Working Slavery, Pricing Freedom: perspectives from the Caribbean, África and the African diaspora*. Kingston: Ian Randle Publ.; Oxford: James Currey Publ., 2002. p. 112-29.

23 Cf. J.WARD, J. R. *British West Indian Slavery, 1750-1834: the process of amelioration*. New York: Oxford University Press, 1988.

24 Cf. COSTA, Emília Viotti da. *Coroas de glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 62-86.

posteriores a 1725, a V.O.C. coagiu as autoridades autóctones no oeste da ilha, em Priangan e Ciberon, para que ofertassem café a preços fixos. Esses poderes locais, por sua vez, obrigavam seus súditos a cultivarem o artigo em pequena escala, retendo parte ou totalidade da renda obtida por esses camponeses a título de impostos. O método foi aplicado em outras partes da ilha nas décadas finais do século XVIII, tendo sido mantido após a dissolução da V.O.C. em 1800 e o início da administração colonial direta pelo governo holandês. Tal organização do processo de trabalho dificultava respostas rápidas ao aumento da demanda na arena mundial, pois envolvia necessariamente negociação com as poderes locais: os camponeses, afinal, granjeavam café em pequena escala e operavam fora do sistema de preços internacionais, haja vista que o montante pago por unidade era estabelecido de modo coercivo pela V.O.C. Os esforços dos holandeses para aumentar a produção, na esteira da Revolução de Saint-Domingue, resultaram na séria rebelião de Ciberon, em 1805: na ocasião, os camponeses arrancaram os arbustos de café que cultivavam e queimaram os armazéns que estocavam as safras passadas. Doravante, todo o sistema de trabalho e de exploração colonial em Java teria que ser reconstruído, o que renderia frutos somente três décadas depois.²⁵

O mercado mundial do café, no período em tela (1790-1830), passou por sensíveis momentos de alta e de baixa, derivados não só do impacto de Saint-Domingue como também dos conflitos militares que polarizaram as grandes potências atlânticas. Durante o curso dos eventos revolucionários na colônia francesa (1791-1804), os preços em Amsterdã tiveram forte alta, que se mantiveram nos três anos seguintes. O bloqueio continental e o aguçamento do confronto entre França e Inglaterra entre 1808 e 1812 criaram um descompasso entre os preços (altos) registrados na praça de Amsterdã e os preços (baixos) pagos nos portos das regiões produtoras.²⁶ A volta da paz trouxe alta global acentuada do café, que perdurou até 1822. No decênio seguinte, os preços caíram continuamente, até atingir patamar correspondente ao que vigorara vinte anos antes. O período de 1812 a 1830, assim, pode ser apreendido como uma quadra de ajuste do mercado, sendo a primeira fase (1812-1822) de alta, após a retração artificial, e, a segunda (1822-1830),

de baixa, que conduziu à equalização entre oferta e demanda, mas que, ao mesmo tempo, afastou do mercado os produtores menos eficazes.

Não por acaso, foram exatamente os anos de 1822 a 1830 que marcaram a clara diferenciação no mercado mundial entre velhas e novas regiões produtoras de café. O processo que conduziu a tanto, todavia, iniciara-se três décadas antes. A Revolução do Haiti trouxe uma disjunção no tempo histórico do mundo atlântico, inaugurando simultaneamente o declínio da escravidão colonial caribenha francesa e inglesa e a ascensão dos novos espaços escravistas do século XIX. Noutras palavras, o período entre as décadas de 1790 e 1820 compreendeu tanto a crise da estrutura histórica do escravismo norte-atlântico – cuja base geográfica eram as Antilhas inglesas e francesas – como a montagem da nova estrutura histórica do escravismo oitocentista – cuja base geográfica passou a residir nas vastas áreas virgens do território cubano, brasileiro e norte-americano.²⁷ Esses novos espaços do século XIX estavam fora das relações imperiais tradicionais que travejavam o Caribe inglês e francês e não apresentavam as restrições geográficas e fundiárias aí presentes. Para o nosso objeto, o sul dos Estados Unidos – peça chave na estrutura histórica do escravismo oitocentista – constitui caso à parte, pois nunca produziu café e tampouco a produção de açúcar da Louisiana se destacou no mercado mundial. Cuba e Brasil, no entanto, competiram palmo a palmo pelo comércio internacional de açúcar e café após 1790.

As raízes do deslanche açucareiro e cafeeiro cubano se encontram no período das reformas bourbônicas. Cuba dispunha de amplos recursos naturais para o estabelecimento de uma economia de plantation, mas até fins do século XVIII eles permaneciam subexplorados. Entre as décadas de 1760 e 1780, a política de liberalização comercial gradual promovida pelos ministros de Carlos III e a atuação decidida das oligarquias locais possibilitaram a fundação de uma sólida rede de engenhos na parte ocidental da ilha, em torno do porto de Havana. Em fins dos anos oitenta, o montante da produção açucareira cubana era equivalente ao da produção total da América portuguesa.²⁸ Dentre as primeiras medidas do novo monarca

27 Cf. TOMICH, Dale. *Through the Prism of Slavery: labor, capital, and world economy*. Boulder: Rowman & Littlefield Publ., 2004. Ver, também, BERBEL, Márcia; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. *Escravidão e política: Brasil e Cuba, 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 92-93.

28 Ver, a respeito, os dados de FRAGINALS, Manuel Moreno. *O engenho: complexo sócio-econômico açucareiro cubano*. São Paulo: Hucitec: Ed. Unesp, 1989. 3 v, p.355; e ALDEN, Dauril. O período final do Brasil Colônia, 1750-1808. In: BETHELL, L. (Org.). *História da América Latina: América Latina colonial*. São Paulo: Edusp-Funag, 1999. v. II, p. 559.

25 Sobre Java no século XVIII, ver as rápidas notas de ELSON, Robert. *Village Java Under the Cultivation System, 1830-1870*. Sydney: Asians Studies Association of Australia: Allen and Unwin, 1994. p. 24-25; e o estudo que lhe critica de CLARENCE-SMITH, W. G. The Impact of Forced Coffee Cultivation on Java, 1805-1917. *Indonesia Circle*, London, v. 64, p. 241-243, 1994.

26 Cf. FERNÁNDEZ, 1989, p. 157.

Carlos IV, em 1789, esteve a decretação do livre comércio de escravos por dois anos, uma medida longamente solicitada pelos proprietários cubanos, e que foi reiterada em várias ocasiões nos anos seguintes. Ainda que por algum tempo os traficantes hispano-cubanos não fossem capazes de dominar completamente o negócio (até 1807, o abastecimento de africanos em Cuba foi realizado basicamente por mercadores ingleses e norte-americanos), logo o tráfico negreiro transatlântico se tornaria um dos principais motores da economia escravista cubana, senão o mais importante.²⁹

Quando veio a oportunidade do colapso de Saint-Domingue, enfim, os produtores cubanos estavam devidamente equipados para aproveitar as novas condições do mercado mundial. O crescimento da economia escravista de plantation cubana foi vertiginoso após 1791. Foram fundados vários novos engenhos de açúcar, os antigos elevaram sensivelmente sua capacidade produtiva, e, pela primeira vez, montaram-se plantações escravistas de café, tanto no oriente como no ocidente da ilha. Esse arranque, por sua vez, contou com a reordenação do comércio de Cuba, ocorrida em resposta à conjuntura das guerras revolucionárias. Em 1796, as trocas de Cuba com a Península Ibérica foram interrompidas, situação essa que durou até 1802. Após uma pequena normalização do intercâmbio entre metrópole e colônia, ocorreu em 1804 uma nova interrupção do comércio entre Cuba e Espanha, que se prolongou até 1812. Nesses anos críticos, o principal parceiro comercial da colônia espanhola foram os Estados Unidos: o açúcar e o café cubanos eram adquiridos por mercadores norte-americanos (cuja nação era neutra nos conflitos atlânticos do período), que reexportavam o que não era consumido em seu país para os mercados continentais europeus. Entre 1813 e 1816, com a volta da paz na Europa e a guerra entre Estados Unidos e Inglaterra, a marinha mercante inglesa controlou as exportações agrícolas cubanas. O que importa em tudo isso é o fato de a erosão da Espanha como reexportadora dos artigos cubanos ter levado à promulgação do livre comércio colonial em 1818, autorizando nas letras da lei o comércio da ilha com mercadores de todas as bandeiras. A partir deste decreto, o controle espanhol sobre a economia de Cuba tornou-se apenas fiscal: a metrópole facilitava, com tarifas

29 Cf. MURRAY, David R. *Odious Commerce: Britain, Spain, and the abolition of the Cuban slave trade*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1980; TINAJERO, Pablo Tornero. *Crecimiento económico y transformaciones sociales: esclavos, hacendados y comerciantes en la Cuba colonial (1760-1840)*. Madrid: Ministerio del Trabajo y Seguridad Social, 1996. p. 44-107; JOHNSON, Sherry. *The Rise And Fall of Creole Participation in the Cuban Slave Trade, 1789-1796*. *Cuban Studies*, Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, v. 30, p. 52-75, 1 Dec. 1999.

baixas, as saídas dos artigos cubanos ao mercado mundial, mas estabelecia taxas de importação que protegiam os produtos espanhóis na colônia.³⁰

As ligações da revolução em Saint-Domingue com o avanço cafeeiro cubano foram bem mais estreitas do que o mero incentivo do mercado. O conflito generalizado que se instaurou na colônia francesa após 1791 levou muitos proprietários escravistas ao exílio, dentre os quais vários cafeicultores. Dada a proximidade geográfica e as condições ambientais favoráveis, a região montanhosa do oriente de Cuba foi a que mais recebeu refugiados franceses. Os novos imigrantes foram decisivos para a transmissão do *know-how* técnico necessário à produção do artigo, e esse saber rapidamente foi repassado para os proprietários que estavam montando cafezais na parte ocidental da ilha (eixo Vuelta Abajo- Matanzas). Até 1807, a produção cubana foi diminuta, não ultrapassando a faixa de 1.000 t, mas o plantio em larga escala efetuado a partir de 1804 permitiu que, em 1810, esse número saltasse para 4.600 t. No decênio seguinte, a produção oscilou bastante, chegando em anos como os de 1815 e 1821 a cerca de 10.000 toneladas métricas anuais.³¹

Nesta altura (1821), a produção cubana era equivalente à jamaicana, sendo ambas superiores à javanesa. Na década de 1820, no entanto, enquanto a produção jamaicana estacionou, as de Cuba e de Java cresceram de forma substantiva, a primeira mais que a segunda. Não obstante os preços internacionais terem caído de modo acentuado entre 1822 e 1830, a produção cubana praticamente triplicou no período, atingindo, em 1833, uma cifra próxima a de Saint-Domingue em 1790, isto é, cerca de 29.500 toneladas. Isso foi resultado da ampliação da área de cultivo e do consequente aumento do número de escravos alocados na atividade. Em 1827, a produção açucareira e a de café empregavam em Cuba o mesmo número de trabalhadores escravizados, por volta de 50.000 cada.³² Afora isso, no ocidente da ilha, onde então se localizava a maior parte das fazendas, o arbusto

30 Cf. TINAJERO, 1996. p. 358-80; FRADERA, Josep M. *Colonias para después de un imperio*. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2005. p. 327-420.

31 Cf. RIVA, Francisco Pérez de la. *El café: Historia de su cultivo y explotación en Cuba*. Havana: Jesus Montero, 1944. p. 50; MARRERO, Levi. *Cuba: economía y sociedad*. Madrid: Playor, 1984. v. 11 de 15, p.108; ALVAREZ, Alejandro García. *El café y su relación con otros cultivos tropicales en Cuba colonial*. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DO CAFÉ: HISTÓRIA E CULTURA MATERIAL, 1., Itu, 2006. *Anais...* Itu: Museu Republicano Convenção de Itu; São Paulo: Museu Paulista-USP, nov. 2006; NORMAN JR., William C. Van. *Shade-grown Coffee: the lives of slaves on coffee plantations in Cuba*. Nashville: Vanderbilt University Press, 2013. p. 7-33.

32 Cf. MARRERO, 1984, p. 114.

era cultivado nas mesmas zonas voltadas para a lavoura canavieira: café e açúcar, portanto, competiam pelos mesmos recursos naturais.

A década de 1820 é significativa, pois, pela primeira vez, o volume da produção brasileira de café se equiparou ao das grandes regiões cafeeiras do globo. Tal como na colônia espanhola, o granjeio do artigo na América portuguesa foi irrelevante até a última década do século XVIII. Como se sabe, o arbusto foi introduzido no Estado do Grão-Pará e Maranhão na década de 1720, no mesmo movimento que levou à sua introdução na Martinica e no Suriname, mas, até fins daquele século, foi unicamente uma planta ornamental. Ainda que tenha feito parte do cálculo imperial dos administradores pombalinos na década de 1760, que pretendiam diversificar a pauta de exportações agrícolas da América portuguesa, o café não teve os cuidados que produtos como o algodão e o arroz – remetidos em grande escala para Lisboa já na década seguinte – receberam. De todo modo, a aclimação do cafeeiro no centro-sul da América portuguesa ocorreu nesse período, nas chácaras e quintais da cidade do Rio de Janeiro.³³

Como se leu na introdução do capítulo, os especialistas em história da cafeicultura brasileira relacionaram, desde seus primeiros trabalhos, a crise da mineração à montagem das fazendas de café no início do século XIX. Com base no conhecimento atualmente disponível, pode-se afirmar que de fato existiu relação entre um processo e outro, porém não no sentido tradicionalmente apontado. Certos pontos que seriam decisivos para o deslanche cafeeiro do Brasil já se encontravam presentes em meados do século XVIII, muito por conta da economia do ouro: um volumoso tráfico negreiro transatlântico bilateral entre os portos da África Central e o Rio de Janeiro, controlado por negociantes desta praça; a existência de vias que cruzavam o Vale do Paraíba no sentido norte-sul (Caminho Novo entre o Rio de Janeiro e a capitania de Minas Gerais, aberto na década de 1720) e leste-oeste (Caminho Novo da Piedade, articulando o Rio de Janeiro a São Paulo, aberto na década de 1770 para facilitar as comunicações da sede do

33 Sobre o café na América portuguesa setecentista, ver TAUNAY, Affonso de E. *Subsídios para a História do café no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1935. Sobre as reformas pombalinas, SILVA, André Mansuy-Diniz. *Portugal e Brasil: a reorganização do Império, 1750-1808*. In: BETHELL, L. (Org.). *História da América Latina: América Latina colonial*. São Paulo: Edusp-Funag, 1997. v. I, p. 488-498; MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira – Brasil e Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1978. p. 21-53; PALÁCIOS, Guillermo. *Cultivadores livres, Estado y crisis de la esclavitud en Brasil en la época de la Revolución Industrial*. México: Fondo de Cultura Económica, 1998. p. 112-56.

Vice-Reino com as minas de Goiás e Mato Grosso); a disponibilidade de uma enorme área de terras virgens entre a Serra da Mantiqueira e os contrafortes da Serra do Mar, derivada da política oficial das “zonas proibidas”; por fim, um complexo sistema de transporte baseado em tropas de mulas, muito eficazes – diante dos meios disponíveis do período – para enfrentar a topografia acidentada do centro-sul do Brasil.

Essa infraestrutura, contudo, não foi mobilizada para a cafeicultura nas décadas de 1790 e 1800. Nesses anos, a resposta dos proprietários escravistas da América portuguesa ao impacto da Revolução de Saint-Domingue se deu, sobretudo, no campo açucareiro. Afora a recuperação e ampliação da atividade nas antigas regiões da costa nordeste (Recôncavo Baiano e Zona da Mata de Pernambuco e Paraíba), os produtores do centro-sul montaram novos engenhos em Campos dos Goitacases, no Recôncavo da Guanabara, no oeste de São Paulo (Itu, Jundiá, Campinas) e mesmo ao longo das vias que então cortavam o Vale do Paraíba – um exemplo é o do famoso engenho Pau Grande, na beira do Caminho Novo. Nos anos noventa, o crescimento da produção açucareira da América portuguesa acompanhou o mesmo ritmo da produção cubana.³⁴ Cabe lembrar que a conjuntura de fins do século XVIII estimulou igualmente a produção de mantimentos e a criação de gado para o mercado interno, como o prova a diversificação ocorrida na comarca do Rio das Mortes, no sul da capitania de Minas Gerais, ou em diversas porções da capitania de São Paulo.³⁵

O ponto de virada veio com a fuga da família real portuguesa para o Rio de Janeiro. Em primeiro lugar, o súbito aumento do contingente populacional da agora sede do Império Português – somado às rotas de peregrinação que o novo estatuto político do Rio de Janeiro imediatamente acionou – ampliou substancialmente a demanda por gêneros de primeira necessidade. Para atendê-la, a Coroa joanina buscou aprimorar a rede de caminhos que cortavam o centro-sul da colônia, estimulando a construção de estradas para ligar diretamente a zona produtora de mantimentos do sul de Minas Gerais à nova Corte. Duas dessas novas estradas, as da Polícia e do Comércio, concebidas para regularizar o fluxo de mercadorias de Minas ao Rio, seriam

34 Sobre o volume da produção açucareira cubana, ver FRAGINALS, 1989, p. 355; sobre a produção da América portuguesa, ver ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no comércio colonial (1796-1808)*. São Paulo: Ática, 1980, p. 360. A respeito do engenho Pau Grande, ver o livro de MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

35 Sobre Minas, ver o primeiro capítulo de BERGAD, Laird. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru: Edusc, 2004. A respeito de São Paulo, ver LUNA; KLEIN, 2005, p. 41-53.

absolutamente centrais para o deslanche da cafeicultura no Médio Vale do Paraíba: sua abertura gerou uma intensa febre fundiária, e em suas margens seriam em breve fundados dois dos maiores municípios cafeeiros mundiais do século XIX, Vassouras e Valença.³⁶ Em segundo lugar, a abertura dos portos permitiu, após 1808, a conexão direta dos senhores de escravos da América portuguesa com o mercado mundial. Em conjunção com o crescimento demográfico da Corte, o Decreto de Livre Comércio teve impacto imediato sobre a demanda de escravos: na década de 1800, desembarcaram ali uma média anual de 10.000 cativos africanos. No decênio seguinte (1811-1820), sob o novo regime de comércio, a cifra praticamente duplicou: cerca de 19.000 africanos aportaram anualmente como escravos no Rio de Janeiro.³⁷ Parte desses escravos obtidos a baixo custo no trato atlântico foi destinada às crescentes lavouras de café, cujos proprietários tinham à sua disposição, no porto carioca e em seus satélites ao longo do litoral até Santos, todo um sistema comercial (armazéns, casas mercantis etc) montado há tempos para a exportação de açúcar, couros, algodão e outros gêneros.³⁸

Os senhores de escravos que investiram em café na década de 1810 responderam claramente aos incentivos do mercado internacional. Afora uma série de preços pagos diretamente aos produtores entre 1798 e 1830,³⁹ temos o registro qualitativo de Saint-Hilaire. Nos primeiros meses de 1822, ao percorrer o Caminho Novo da Piedade, que cortava o Vale do Paraíba paulista em direção à cidade do Rio de Janeiro, o naturalista francês anotou que “as terras dos arredores de Taubaté são muito próprias à cultura da cana e do café. Antigamente, era a cana o que mais se plantava, mas depois que o café teve alta considerável, os agricultores só querem tratar de cafezais”. Mais adiante, na altura de Areias, após entrevistar um senhor de escravos, escreveu: “segundo o que me informaram ele, o filho e outras pessoas, a cultura do café é inteiramente nova nesta região e já enriqueceu muita gente”.⁴⁰

36 Cf. LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego – Prefeitura do Rio de Janeiro, 1992, p. 47-59.

37 Cf. FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas negras*: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. p. 74.

38 LUNA; KLEIN, 2005, p. 58-59.

39 *Ibid.*, p. 87.

40 SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. p. 78, 100-101.

A avaliação de Saint-Hilaire encontra respaldo nos dados da exportação brasileira. A média anual no período de 1797 a 1811 (refletindo o quadro vigente antes da abertura dos portos) era de cerca de 400 toneladas métricas. No quinquênio de 1812-1816, o impacto do intercâmbio direto com o mercado mundial e seus preços em forte alta rapidamente se fez sentir: a produção brasileira de café subiu para uma média anual de 1.500 t. No quinquênio seguinte (1817-1821), cresceu quatro vezes em relação ao lustro anterior, pulando para 6.100 toneladas anuais. Nos anos da independência (1822-1823), a produção dobrou, chegando a 13.500 t, o que igualava o montante brasileiro ao que então se obtinha em Cuba. D. Pedro tinha razões de sobra para inscrever o ramo de café no escudo de armas do Império recém-fundado: se o valor total de sua exportação ainda não suplantara a do açúcar, o crescimento que o artigo verificava desde 1812 muito prometia para breve.

O crescimento, de fato, se acelerou sobremaneira nos dez anos seguintes, quando a produção quadruplicou, de 13.500, em 1821, para 67.000 t, em 1833. Essa cifra equivalia ao montante mundial total de 1790; o teto de Saint-Domingue pré-revolução, até então inalcançável, era definitivamente coisa do passado. No início da década de 1830, o Brasil reinava como o maior produtor mundial, bem à frente dos demais competidores (Cuba, Java, Jamaica, Haiti). Como explicar o salto brasileiro da década de 1820, em uma conjuntura de queda acentuada dos preços internacionais? Os produtores deixaram de reagir ao sistema de preços, guiando suas estratégias empresariais pelo que vislumbravam em termos de ganhos sociais e simbólicos, como argumenta João Fragoso? E por que essa produção se concentrou quase que exclusivamente no Vale do Paraíba?

Para responder às primeiras perguntas, é importante ter em conta duas especificidades do artigo. O hiato entre o plantio do arbusto e a venda de grãos beneficiados no mercado é de, no mínimo, três anos, sendo que a planta entra em produção plena somente com cinco anos de idade. Como meio para contornar o problema, os fazendeiros adotaram a prática, desde os primeiros anos da atividade no Brasil, de plantar milho e feijão entre as fileiras de arbustos, com o duplo objetivo de garantir sombreamento para os pés recém-plantados e manter a escravaria trabalhando de forma produtiva no amanho de mantimentos. A oferta de mais produto como resposta aos preços em alta em um determinado ano, portanto, só se faria sentir de três a cinco anos depois. O outro dado importante, como bem ressalta Pedro Carvalho de Mello, é o fato de os arbustos possuírem

uma característica de bens de capital, pois uma vez plantados, podem produzir frutos de café por muitos anos. [...] Não se podia, pois, abandonar a cultura, sem que isso representasse graves perdas de capital, o que contrastava com o algodão e a cana-de-açúcar. Mesmo com os preços em baixa, os fazendeiros continuavam a cuidar das árvores já plantadas, na expectativa de aumentos futuros no preço do café.⁴¹

O que os preços da década de 1820 indicam? Os valores pagos ao café em Nova Iorque – novo centro de distribuição mundial – caíram sensivelmente no período de 1823 a 1830, de 21 para 8 centavos de dólares por libra.⁴² Todavia, devemos lembrar aqui um aspecto da crítica de Gorender a Fragoso, a saber, o papel da desvalorização cambial na composição dos preços efetivamente recebidos pelos produtores brasileiros.⁴³ A queda dos preços em dólares diminuiu de intensidade entre 1827 e 1830, com tendência a se estabilizar em um patamar baixo (de 9 a 8 centavos de dólares), nos exatos anos em que os fazendeiros brasileiros – conforme dados recolhidos por Luna e Klein para o fundo Vale do Paraíba paulista⁴⁴ – passaram a ganhar mais em mil réis por unidade de produto; nesses anos, portanto, a desvalorização cambial favoreceu claramente os exportadores. A série de Luna e Klein se encerra em 1830; a de Nova Iorque, por outro lado, indica alta de quase 30 % nos preços pagos em dólares entre 1830 e 1835. Os índices das exportações brasileiras encontram notável correspondência com esses preços: a produção cresceu sensivelmente nos anos de 1826 a 1828, fruto de cafezais que foram plantados antes de 1823, quando os preços estavam em alta; de 1828 a 1830 (cafezais plantados entre 1824 e 1826, preços externos e internos em baixa), a produção estacionou em torno de 27.000 t; de 1831 a 1834 (cafezais plantados entre 1827 e 1830, preços externos estacionados, mas os internos em alta), saltou de 32.940 t para 67.770 t.

Esses números dão a ver a pronta resposta dos produtores brasileiros ao que sinalizava o mercado. No entanto, permanece o fato de que os preços a eles pagos caíram efetivamente na década de 1820. Segundo Fragoso, “entre 1821 e 1833, a queda anual registrada (em mil réis) para o preço unitário do

café foi de – 2,07 %”.⁴⁵ Falta examinar, então, quais as condições que permitiram que os senhores de escravos brasileiros ofertassem cada vez mais café no mercado mundial, a despeito da tendência acentuada de queda dos valores recebidos por unidade de produto.

Aqui entra o papel do Vale do Paraíba como região nova no mercado mundial do café. Já adiantamos que havia uma infraestrutura adequada no centro-sul do Brasil em fins do século XVIII, como resultado das alterações que a mineração trouxe para sua paisagem econômica. Vale retomar dois desses pontos, a saber, a disponibilidade de terras e o sistema de transporte. O Vale do Paraíba pode ser dividido em três sub-regiões: o alto Paraíba, ocupado por terras das nascentes até a zona de Queluz e Resende, na atual divisa dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro; o médio Paraíba, de Barra Mansa até a região de São Fidélis; o baixo Paraíba, que engloba as terras deste ponto até a foz, correspondentes a *grosso modo* aos Campos dos Goitacases. O primeiro trecho foi ocupado já no século XVII, como resultado da expansão paulista em busca de índios; o terceiro trecho o foi desde a segunda metade do século XVII, com a criação de gado e, posteriormente, produção de açúcar.⁴⁶ Pouco visitada no século XVII, na centúria seguinte a sub-região do médio rio Paraíba teve sua ocupação bloqueada por conta da política oficial portuguesa das áreas proibidas, adotada a partir da década de 1730; a ordenação buscava “evitar o extravio de ouro ao impossibilitar a abertura de novos caminhos e picadas nos matos em áreas onde inexistiam registros, passagens e a vigilância das Patrulhas do Mato”.⁴⁷ É certo que, mesmo antes de sua revisão na década de 1780 (no contexto do reformismo ilustrado), as terras a leste e oeste do Caminho Novo – ou Estrada Real – foram exploradas por garimpeiros clandestinos e pequenos posseiros, mas o povoamento sistemático foi barrado de forma eficaz.⁴⁸ Como resultado desta política, havia, no médio Paraíba de fins do século XVIII e inícios do

45 FRAGOSO, 1990, p. 506.

46 Ver, respectivamente, MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 81-85; e FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

47 As palavras são de ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do crime: violência nas minas setecentistas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005, p. 36.

48 Cf. STEIN, 1990, p. 31-34; MUNIZ, Célia Maria Loureiro. *Os donos da terra: um estudo sobre a estrutura fundiária do Vale do Paraíba Fluminense, século XIX*. 1979. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas E Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1979, p. 51-53; MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: APERJ, 1998, p. 34-40.

41 MELLO, Pedro Carvalho de. *A economia da escravidão nas fazendas de café: 1850-1888*. Rio de Janeiro: PNPE, 1982. v. 1 de 2, p. 12.

42 Cf. BACHA, Edmar; GREENHILL, Robert. *150 anos de café*. Rio de Janeiro: Marcelino Martins & E. Johnston, 1992, p. 333-4.

43 Cf. GORENDER, 1990, p. 82.

44 Cf. LUNA; KLEIN, 2005, p. 87.

XIX, uma enorme quantidade de terras virgens, sem travas fundiárias, plenamente aptas em termos de altitude e clima à cafeicultura e distantes a não mais de 150 quilômetros da miríade de ancoradouros naturais localizados ao sul do grande porto do Rio de Janeiro. Não havia competição entre o açúcar e o café por essas terras, como ocorria em Cuba, e tampouco a ausência de terras virgens como na Jamaica. Trata-se, enfim, de um espaço aberto à montagem de fazendas com escala inédita de operação.

A produtividade dos plantios em terrenos de derrubadas, já considerável em vista do húmus acumulado secularmente pela mata, era ainda maior no Vale em decorrência do método de cultivo não sombreado dos pés, quando em plena produção. Se, por um lado, os cafezais manejados dessa forma exigiam capinas constantes, tinham rendimento oscilante de uma safra a outra e seus grãos eram considerados de qualidade inferior, por outro lado apresentavam produção inicial bem mais elevada.⁴⁹ Os registros disponíveis indicam que a produtividade dos pés de café cultivados no Vale do Paraíba caiu ao longo do século XIX, mas, para as primeiras décadas, os números são bastante altos. Saint Hilaire anotou, no relato citado, produção de 91 arrobas de café beneficiado por 1.000 pés, ao passo que o padre João Joaquim Ferreira de Aguiar, no primeiro manual agrônomico que apresentou o saber elaborado no Vale do Paraíba, registrou a produtividade de 100 arrobas por 1.000 pés na região de Valença.⁵⁰ Para efeitos de comparação, vejam-se dados relativos a duas outras regiões. Carlos Augusto Taunay, com base na observação dos cafezais da Tijuca (RJ) em fins da década de 1820, apontou 20 arrobas por 1.000 pés.⁵¹ O censo cubano de 1827, por sua vez, deu 27 arrobas de produção média por 1.000 pés plantados na ilha, número superior às 9,8 arrobas por 1.000 pés que o agrônomo cubano Tranquilino Sandalio de Noa supunha como norma em uma grande plantation em 1829.⁵²

Para escoar a produção crescente do Vale do Paraíba na década de 1820, havia que se ultrapassarem os obstáculos da topografia acidentada e

49 Cf. Warren Dean, *A ferro e fogo*, p.234.

50 Cf. Saint-Hilaire, *Segunda Viagem*, p.101; Pe. João Joaquim Ferreira de Aguiar, *Pequena memória sobre a plantação, cultura e colheita do café*. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I.P. da Costa, 1836, p. 11.

51 Cf. Carlos Augusto Taunay, *Manual do Agricultor Brasileiro* (1ª ed: 1839). Org.Rafael de Bivar Marquese. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 130.

52 Cf. Marrero, *Cuba*, p. 110-1.

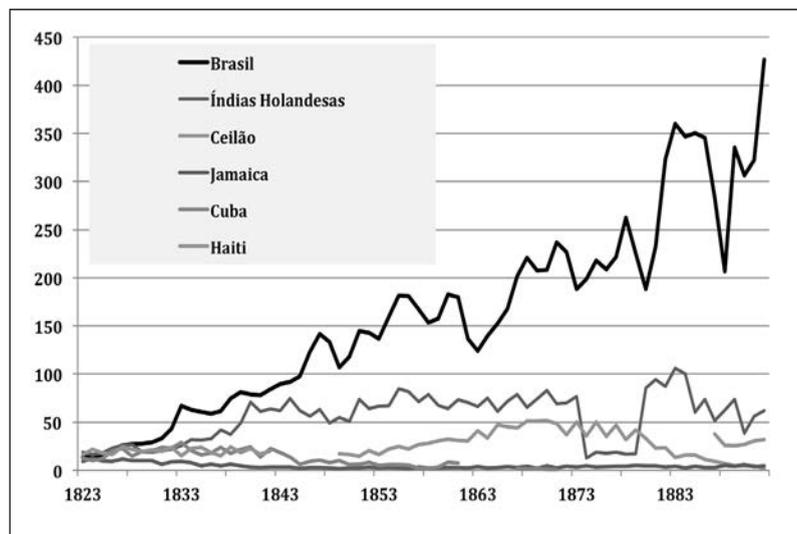
da distância dos portos do litoral. Nesse ponto residiu a maior contribuição da economia da mineração para a cafeicultura oitocentista. Em resposta à demanda mineira, elaborou-se, na segunda metade do século XVIII, um complexo sistema de criação e comercialização de mulas que articulava o sul da América portuguesa às capitanias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, fornecendo o meio básico de transporte para todo o centro-sul da colônia. Quando veio o empuxo do mercado mundial na virada do século XVIII para o XIX, esse sistema foi imediatamente mobilizado para o escoamento da produção cafeeira de serra acima. Na medida em que as novas fazendas do Vale do Paraíba distavam dos portos do litoral não mais do que sete dias de jornada (tendo por referência a jornada habitual de três léguas ao dia), e dados os custos relativamente baixos de aquisição e manutenção das tropas até meados do século XIX, a equação preço do artigo / preço do frete / volume a transportar / distância a percorrer foi plenamente operacional com o sistema das mulas.⁵³

O DOMÍNIO DO VALE DO PARAÍBA SOBRE O MERCADO MUNDIAL DO CAFÉ, C.1830-1880

O gráfico das exportações globais de café entre 1823 e 1892 expressa com muita clareza a posição que o Brasil passou a ocupar no mercado mundial do artigo a partir da década de 1830. O resultado das safras de 1831 a 1833, que trouxeram a duplicação do volume anual, isolou-o bem à frente dos demais competidores. Outros saltos vieram entre 1843 e 1847, quando a produção se estabilizou no patamar de 150.000 toneladas / ano, na segunda metade da década de 1860 (c.225.000 t/ano) e em fins da década de 1870 (c.350.000 t/ano). Com ligeiras alterações de uma safra a outra, o Brasil – leia-se o Vale escravista, ao menos até meados da década de 1870, quando o oeste paulista e a Zona da Mata mineira aumentaram o volume da produção – dominou de forma incontestada a oferta mundial no século XIX, tendo por único competidor real as colônias holandesas na Indonésia (Java), e, no intervalo de 1850-1880, porém em terceiro lugar, a colônia inglesa do Ceilão.

53 Cf. RIBAS, Rogério de Oliveira. *Tropeirismo e escravidão: um estudo das tropas de café das lavouras de Vassouras, 1840-1888*. 1989. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1989. p. 170-197; KLEIN, Herbert S. The supply of mules to central Brazil: the Sorocaba market, 1825-1880. *Agricultural History*, Winter Park, v. 64, n. 4, p. 1-25, 1990.

PRODUÇÃO MUNDIAL DE CAFÉ – 1823 – 1892 (MILHARES DE TONELADAS)



Fonte: SAMPER, Mario; FERNANDO, Radin. Historical statistics of coffee production and trade from 1700 to 1960. In: CLARENCE-SMITH, William Gervase; TOPIK, Steven (Org.). *The global coffee economy in Africa, Asia, and Latin América, 1500-1989*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 411-62.

A escala e o caráter do mercado se modificaram de modo igualmente profundo no século XIX. Na década de 1880, a produção total de café no globo era 10 vezes maior do que cem anos antes. Entre uma data e outra, a grande novidade foi o aparecimento dos Estados Unidos como compradores. Nesse período, sua população aumentou quinze vezes e o consumo *per capita* anual passou de apenas 25 gramas para 4 quilos. Tratava-se de um mercado aberto, livre de tarifas de importação desde 1832, que pouco exigia a respeito da qualidade do café adquirido. Os demais grandes compradores do período, todos localizados no norte de uma Europa em rápido processo de industrialização e urbanização, também se distinguiram no século XIX pela explosão demográfica e pelo notável aumento nas taxas de consumo *per capita*. Interessa destacar nisso tudo que a passagem do mercado restrito e de luxo do século XVIII para o mercado de massa industrial do século XIX foi claramente induzida pela oferta a baixo custo do produto.⁵⁴

As novas condições da economia internacional de artigos tropicais exigiram, das regiões que operavam nessa arena, aumento constante de

54 Cf. TOPIK, Steven. *The Integration of the World Coffee Market*, p. 37-40; MARQUESE, Rafael de Bivar. Estados Unidos, Segunda Escravidão e a economia cafeeira do Império do Brasil. *Almanack*, Guarulhos, n. 5, p. 51-60, maio 2013.

produtividade, sob o risco de se verem excluídas do mercado. Para aquelas antigas regiões produtoras sem reservas de áreas para expansão ou que haviam sido afetadas pela crise do escravismo colonial (caso de Saint-Domingue em fins do século XVIII, ou da Jamaica e Suriname nas primeiras décadas do século XIX), a perda de competitividade logo as afastou das posições centrais do mercado. Como se sabe este não foi o caso do Brasil e de Cuba, que, por meio de pactos firmados dentro dos marcos de suas respectivas monarquias constitucionais (Império do Brasil e Espanha liberal), construíram arranjos políticos nas décadas de 1810 e 1820 que ajudaram a fundar a instituição escravista em bases mais seguras, capazes de enfrentar as fortes pressões antiescravistas externas capitaneadas pela Inglaterra.⁵⁵ No entanto, em vista do desempenho cubano na produção açucareira, de sua ampla disponibilidade de terras virgens e da continuidade do tráfico transatlântico de escravos até a década de 1860, sua exclusão do mercado cafeeiro mundial chama a atenção. Por que isso ocorreu? E por que Java, na Indonésia, cuja economia não era escravista, conseguiu se manter como grande região produtora ao lado do Brasil?

No que se refere à primeira questão, houve uma relação estreita entre o deslanche cafeeiro do Brasil, a crise da cafeicultura em Cuba e seu arranque açucareiro. Como já escrevemos acima, na região ocidental da colônia espanhola os cafezais haviam sido montados nas mesmas zonas de implantação dos engenhos, competindo portanto pelos mesmos recursos em termos de terras e trabalho. Até a década de 1820, não raro os grandes senhores de escravos empregaram seus capitais simultaneamente nas duas atividades.⁵⁶ O Médio Vale do Paraíba, por seu turno, foi construído entre as décadas de 1810 e 1830 como região exclusivamente cafeeira, distinta das zonas açucareiras das terras baixas fluminenses e do Oeste Velho de São Paulo. Que as terras do ocidente de Cuba não fossem tão aptas para a cafeicultura como as do Vale, comprova-o a diferença na produtividade dos pés, há pouco aludido. O caráter de bens de capital dos arbustos de café criava uma dificuldade adicional para a atividade no ocidente de Cuba, região bastante visitada por furacões: se a intempérie não constituía obstáculo para os canaviais, capazes de, em um ano, retomar o padrão anterior à sua passagem, ela podia ser devastadora para os cafezais, que teriam que se replantados e esperar ao menos cinco anos para recuperar a produtividade plena.

55 BERBEL; MARQUESE; PARRON, 2010, p. 95-181.

56 Cf. RIVA, 1944, p. 141; ALVAREZ, 2006, p. 10.

Ao longo da década de 1820, os produtores cubanos tomaram consciência do peso da competição brasileira. Os preços em queda no mercado mundial eram resultado evidente do aumento global da produção. Em setembro de 1828, o Consulado de Havana, em resposta a inquérito solicitado pelo Intendente da colônia, informava que

las nuevas plantaciones que inundaran las regiones equinociales han hecho bajar el precio en términos que apenas da para costear los gastos de su producción, viéndose arruinar rápidamente multitud de cafetales que constituían gran parte del capital de la Isla, el cual no sería exagerado decir había disminuido en dos terceras partes.⁵⁷

Diante da crise, a Sociedade Econômica dos Amigos do País de Havana convocou, em 1829, debate sobre o assunto. Dentre as questões sobre o cultivo do café colocadas na mesa, uma indagava se seria “*prudente abandonarlo*” em vista dos ganhos decrescentes.⁵⁸ A resposta, na ocasião, foi negativa, mas os debatedores concordaram sobre a necessidade de reduzir custos e aumentar a eficiência para fazer frente aos competidores brasileiros.

No início da década de 1830, com a revisão da política tarifária norte-americana que tornaria o café *tax free* no país, os produtores escravistas brasileiros excluíram daquele mercado seus rivais caribenhos. Em um quadro de queda acentuada dos preços, a incapacidade de os produtores cubanos competirem com os produtores brasileiros no principal mercado comprador do período selou o destino da cafeicultura na ilha. O início da construção da malha ferroviária cubana em 1837, ao aumentar a vantagem comparativa do açúcar cubano nos mercados internacionais, levou a uma massiva transferência de recursos – terras e escravos – de uma atividade para outra. Os devastadores furacões de 1844 e 1846 acabaram de uma vez por todas com as perspectivas da outrora florescente cafeicultura do ocidente de Cuba.⁵⁹ Houve, entretanto, o outro lado da moeda. O arranque açucareiro cubano a partir da década 1830 roubou paulatinamente o espaço

57 MARRERO, 1984, p. 112.

58 A citação é de Francisco de Paula Serrano: NOA, Tranquilino Sandalio de. Memoria publicada por la Real Sociedad Patriótica sobre esta cuestión del programa: “Cuáles son las causas a que puede atribuirse la decadencia del precio del café, y si en las actuales circunstancias de su abatimiento sería perjudicial emprender su cultivo, o prudente abandonarlo”. Programa publicado en el *Diário del Gobierno de la Habana* en 10 de abril de 1829. In: ACTA de las Juntas Generales que celebro la Real Sociedad Económica de Amigos del País de la Habana, en los días 14, 15 y 16 de diciembre de 1829. Havana: Imprenta del Gobierno: Capitanía General: Real Sociedad, 1830. p. 79.

59 Cf. GARCÍA, Antonio Santamaría; ALVAREZ, Alejandro García. *Economía y colonia: la economía cubana y la relación con España, 1765-1902*. Madri: CSIC, 2004. p. 129; PEREZ JR., Louis A. *Winds of*

que os senhores de engenho do Brasil ocupavam no mercado mundial. Durante a vigência do tráfico transatlântico de escravos, a economia açucareira brasileira acompanhou a duras penas a expansão dos cubanos nesse ramo, mas isso se tornou inviável após 1850.⁶⁰

A última observação nos conduz ao ponto central para a compreensão do crescimento da produção cafeeira do Vale do Paraíba, isto é, o trabalho escravo. Nos anos vinte e trinta do século XIX, era voz corrente em Cuba que os escravos custavam lá o dobro do que se pagava no Brasil.⁶¹ Os dados fornecidos por David Eltis corroboram a percepção dos contemporâneos: até a década de 1850, as curvas nos preços dos cativos adquiridos no tráfico transatlântico para o Brasil e para Cuba foram estritamente congruentes, mas os valores cubanos estiveram sempre acima dos brasileiros.⁶² A explicação para a diferença é simples. O tráfico para o centro-sul do Brasil era comandado desde a virada do século XVII para o XVIII por negociantes luso-brasileiros residentes na praça do Rio de Janeiro, que operavam fundamentalmente na zona congo-angolana: comando local das operações, viagens mais curtas e contatos mais sólidos no continente africano possibilitavam a redução do preço final dos africanos embarcados como escravos. Os traficantes hispano-cubanos, a despeito de serem tão eficazes como seus pares brasileiros e portugueses, tinham entrado no infame comércio somente no início do século XIX, e a distância a ser percorrida no Atlântico era bem maior do que a rota dos negreiros que se dirigiam ao centro-sul do Brasil. A eficiência dos traficantes cariocas permitiu inclusive a importação, após 1811, de quantidades expressivas de escravos da costa oriental da África.⁶³

change: hurricanes & the transformation of nineteenth-century Cuba. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2001. p. 56-108.

60 Entre 1820 e 1850, enquanto a produção de açúcar do Brasil triplicou, a de Cuba quintuplicou; nos quinze anos seguintes (1851-1865), contudo, a produção brasileira estacionou, ao passo que a cubana duplicou. Na última data, Cuba produzia cinco vezes mais açúcar que o Brasil. Os dados são de FRAGINALS, Moreno. *O engenho*, v. III, p. 356-357; e das ESTATÍSTICAS históricas do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. p. 342.

61 Cf. FERNÁNDEZ, 1989, p. 163.

62 Cf. ELTIS, David. *Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade*. New York: Oxford University Press, 1987. p. 262-263. Ver também BERGAD, Laird; GARCÍA, Fe Iglesias; BARCIA, Maria del Carmen. *The Cuban Slave Market, 1790-1880*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p. 150.

63 Sobre o tráfico para o Brasil, ver, além de Florentino, *Em costas negras*, ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Videntes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Para o tráfico cubano, afora os trabalhos citados na nota 27, ver FRANCO, José Luciano. *Comércio clandestino de escravos*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1980, e Leonardo Marques, *The United States and the Transatlantic Slave Trade to the Americas, 1776-1867*. New Haven:

O custo dos escravos, contudo, não pode ser tomado como uma variável econômica independente, vinculada apenas ao jogo da oferta e da procura. A campanha sistemática comandada pela Inglaterra contra o tráfico negreiro transatlântico e a própria escravidão exigiu dos espaços escravistas em expansão uma resposta política concertada. No caso do Brasil, sua independência em 1822 abriu um flanco para a pressão inglesa, pois desde o Tratado de 1817 com a então Coroa portuguesa a questão estivera congelada no plano diplomático. Em troca do reconhecimento formal do novo Estado soberano, a Inglaterra exigia de D. Pedro I compromisso efetivo com o encerramento do tráfico. A matéria se resolveu apenas em 1826, com a assinatura da convenção que previa o fim do tráfico entre África e Brasil para três anos após sua ratificação pela Inglaterra, o que ocorreu em 13 de março de 1827. A arenga diplomática, além de erodir parte não desprezível do capital político do primeiro imperador do Brasil e contribuir para sua queda em 1831, foi acompanhada de perto por negreiros e fazendeiros, que aceleraram as importações na segunda metade da década de 1820.⁶⁴ Entre 1821 e 1825, foram desembarcados no porto do Rio de Janeiro cerca de 112.000 africanos escravizados, ao passo que, no lustro seguinte, chegaram 186.000 cativos.⁶⁵ A aceleração das importações expressava com nitidez a concepção coeva de que o tráfico seria efetivamente encerrado em 1830.

Os anos de maior introdução de cativos africanos pelo porto carioca (1828 e 1829, com 45.000 e 47.000 africanos respectivamente) encontraram correspondência nas safras abundantes de 1833 e 1834, quando a cafeicultura do Vale dobrou o volume da produção obtida em 1831. Vê-se, portanto, que parte considerável desses novos escravos foram parar em fazendas de serra acima. A produção de café brasileira girou em torno desse

patamar até 1838, quando voltou a crescer, de início lentamente, para dar um novo salto a partir de 1842, com 84.221 toneladas; em 1843, 89.550; em 1844, 91.980; em 1845, 97.440; em 1846, 123.300. A produção de 1847 chegou a 141.810 t, maior volume anterior ao tráfico, estabilizando-se até o novo salto da safra de 1855, de 181.290 t.

Com os números das safras da década de 1840, queremos ressaltar a correlação estreita que houve entre o crescimento da cafeicultura e a escravaria adquirida no trato atlântico, e, em particular, o quanto a produção de 1842 em diante contou com cativos africanos comprados após 1835. Para tanto, a ação ensaiada dos fazendeiros do Vale do Paraíba com os grupos políticos ligados ao Regresso foi fundamental. Conforme a letra do tratado anglo-brasileiro de 1827, o tráfico cessaria em março de 1830. Com o objetivo de reafirmar a soberania brasileira na questão, um Parlamento bastante fortalecido com a queda de D. Pedro I aprovou a Lei de 7 de novembro de 1831, que trazia disposições draconianas para combater o tráfico: os africanos que doravante fossem introduzidos em território nacional seriam automaticamente libertados, prevendo-se seu retorno imediato à África; os transgressores – vendedores ou compradores – seriam submetidos a processo criminal; as denúncias contra a prática tanto do desembarque ilegal como da mera posse de escravos ilegais poderiam ser apresentadas por qualquer indivíduo. Nas letras da lei, portanto, os fazendeiros que adquirissem africanos no trato transatlântico ficariam expostos a severas punições. Usualmente reputado como “para inglês ver”, o Decreto de 7 de novembro pretendia, de fato, acabar com o tráfico transatlântico, e deste modo foi lido pelos coetâneos. Tanto é assim que, entre 1831 e 1835, as entradas diminuíram abruptamente, tornando-se o tráfico como que residual.⁶⁶

De 1835 em diante, ocorreu uma reversão profunda nesse quadro. As vozes pró-escravistas voltaram a se articular nos espaços de opinião pública após um período de refluxo, e uma ampla coalizão de ex-liberais moderados e ex-caramurus com setores dos proprietários rurais mais capitalizados do centro-sul – base da formação do futuro Partido Conservador⁶⁷ – passou a advogar pura e simplesmente a anulação da Lei de 7 de novembro de

Yale University Press, no prelo. Sobre o trato de Moçambique no século XIX, ver KLEIN, Herbert S. *O tráfico de escravos no Atlântico*. Ribeirão Preto: FUNPEC, 2004. p. 70-71.

64 A diplomacia do tráfico nas décadas de 1810 e 1820 pode ser acompanhada em BETHELL, Leslie. *A abolição do comércio brasileiro de escravos: A Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos – 1807-1869*. Brasília: Senado Federal, 2002. p. 21-112. 1. ed. 1970. Sobre as discussões no parlamento brasileiro a respeito do tratado de 1826, ver RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Ed. Unicamp, 2000; SCANAVINI, José Eduardo Finardi Álvares. Embates e embustes: a teia do tráfico na Câmara do Império (1826-1827). In: MARSON, Isabel Andrade; OLIVEIRA, Cecília H.L. de S. (Org.). *Monarquia, liberalismo e negócios no Brasil: 1780-1860*. São Paulo: Edusp, 2013. p. 167-209; e, em especial, PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 64-80. Sobre o tratado em si, ver SANTOS, Guilherme de Paula Costa. *Política e diplomacia: os tratados assinados entre Brasil e Inglaterra, 1817-1831*. 2015. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

65 Cf. FLORENTINO, 1995, p. 59.

66 A ideia central deste e do próximo parágrafo foi retirada de PARRON, 2011, p. 121-191. Sobre o volume do tráfico ilegal para o centro-sul do Brasil entre 1831 e 1835, ver THE TRANS-ATLANTIC SLAVE TRADE DATABASE VOYAGE. Atlanta, 2009. Disponível em: <www.slavevoyages.org>.

67 Cf. NEEDELL, Jeffrey D. Party formation and State-making: the conservative party and the reconstruction of the Brazilian State, 1831-1840. *Hispanic American Historical Review*, Durham: Duke University Press, v. 81, n. 2, p. 259-308, May 2001.

1831. Nesse movimento de mão dupla entre as demandas de grupos sociais expressivos e os esforços de arregimentação de eleitores por parte de uma nova força política, os fazendeiros de café do Vale do Paraíba desempenharam papel fulcral. Por meio de pressão política direta e de ações no espaço público, davam a ver sua disposição para reabrir o tráfico. Dos vários exemplos que poderiam ser citados, cabe lembrar uma representação que a Câmara de Valença – município do coração cafeeiro do Médio Vale do Paraíba fluminense – endereçou ao Parlamento imperial em meados de 1836. Assinado por figuras de proa do senhoriato local (Manoel do Vale Amado, Camilo José Pereira do Faro, João Pinheiro de Souza, Visconde de Baependy), dizia o documento:

Augustos e Digníssimos Senhores Representantes da Nação. A Câmara Municipal da Vila de Valença, tendo-vos já pedido providências sobre a lei de 7 de Novembro de 1831, vem hoje novamente lembrar-vos que lanceis Vossas vistas sobre a mais respeitável e interessante porção da população do Império, que a maior parte está envolvida na infração da mencionada lei, porque a necessidade a ela os levou; cumpre portanto a Vós, Augustos e Digníssimos Senhores, evitar a explosão que nos ameaça, derogando em todas as suas partes a dita lei de 7 de Novembro de 1831, porque sua execução é impraticável e ela, longe de trazer benefício a Vossos Concidadãos, os insinua à imoralidade; sua derrogação é de reconhecida utilidade, e sua execução seria concitar os Povos a uma rebelião e formal desobediência, por que essa maioria respeitável de Vossos Concidadãos de qualquer das formas procurará com todas as suas forças conservar intactas suas fortunas, adquiridas com tantas fadigas e suores.⁶⁸

Contra a eventualidade de execução da lei, que libertaria os cativos importados após 1831 e colocaria nas barras dos tribunais seus possuidores, os representantes dos cafeeiros ameaçavam o poder público com a possibilidade de resistência aberta. O que estava em jogo, no entanto, não eram apenas os africanos até então adquiridos, mas os que doravante seriam comprados. Ao tornarem a matéria – desde 1835 – pauta de campanha política, os agentes do Regresso Conservador acenaram aos traficantes e cafeeiros que dariam sinal verde à retomada do infame comércio. A estratégia funcionou muito bem, pois, na segunda metade da década de 1830, enquanto desembarcavam nos portos do centro-sul do Império 238.000

68 O SETE D'ABRIL. Rio de Janeiro, 13 jul. 1836. Para a análise da série completa em que se inscreve esse artigo, bem como o papel crucial da imprensa do Rio de Janeiro na campanha pela reabertura do tráfico, ver YOUSSEF, Alain El. *Imprensa e escravidão: política e tráfico negreiro no Império do Brasil* (Rio de Janeiro, 1822-1850). 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

africanos ilegalmente escravizados, número que subiu para 308.000 na década seguinte, os saquaremas conseguiram impor integralmente sua agenda à política imperial.⁶⁹

Vê-se, por conseguinte, que o avanço cafeeiro do Brasil dependeu de modo estrito de acordos políticos internos que dessem segurança institucional aos que investiam no ramo. Todos os escravos africanos importados depois de 1831 eram formalmente livres, mas em momento algum o Estado brasileiro questionou a posse efetiva dos fazendeiros. A massa de africanos ilegalmente escravizados se tornou questão política somente após a segunda metade da década de 1860, já no contexto de perda de legitimidade social e política da instituição.⁷⁰ Em meados do século XIX, os municípios cafeeiros do Médio Vale do Paraíba se encontravam suficientemente abastecidos de trabalhadores cativos; de agora em diante, a reposição dessa força de trabalho, bem como a aquisição dos escravos necessários à expansão em novas frentes, como as de Cantagalo (RJ), a da Zona da Mata mineira e do oeste de São Paulo, ocorreria basicamente por meio do tráfico interno, que foi articulado econômica e politicamente logo nos primeiros anos da década de 1850.⁷¹

Com ampla oferta de terra e de trabalho, as fazendas do Vale se diferenciaram de suas equivalentes em outras partes do globo por suas dimensões espaciais e quantidade de mão de obra empregada. A historiografia clássica veiculou a ideia de que a produção cafeeira do Brasil no século XIX advinha, sobretudo, de grandes unidades rurais, usualmente com o emprego de uma centena ou mais de escravos.⁷² Pesquisas cuidadosas no campo da demografia histórica posteriores à década de 1980 procuraram rever essa imagem. Valendo-se de fontes pouco exploradas anteriormente, como as

69 Sobre o volume do tráfico ilegal, conferir os dados em <www.slavevoyages.org>. Sobre a política dos saquaremas para a escravidão, ver, além de Parron, *A política da escravidão*, o estudo clássico de MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado imperial*.

70 Ver, a propósito, os capítulos de Beatriz Galloti Mamigonian, “O direito de ser africano livre: os escravos e as interpretações da Lei de 1831”, e de Elciene Azevedo, “Para além dos tribunais: advogados e escravos no movimento abolicionista em São Paulo”, ambos inseridos no livro editado por Silvia Hunold Lara e Joseli Maria Nunes Mendonça, *Direitos e justiças no Brasil: ensaios de História Social*. (Campinas: Ed. Unicamp, 2006. p. 129-160, 199-238).

71 Cf. CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 63-87. 1. ed. 1972; SLENES, Robert W. The Brazilian Internal Slave Trade, 1850-1888: regional economies, slave experience, and the politics of a peculiar market. In: JOHNSON, Walter (Org.). *The Chattel Principle: internal slave trades in the Americas*. New Haven: Yale University Press, 2004; MOTTA, José Flávio. *Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista* (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1867). São Paulo: Alameda, 2012.

72 Ver as publicações arroladas na nota 6.

listas nominativas de habitantes e os registros de matrícula de escravos elaborados após 1871, os investigadores apontaram para a existência de uma grande quantidade de pequenos e médios proprietários escravistas envolvidos diretamente na produção de café. A posse média de escravos, afirmam, estaria bem abaixo do número tradicionalmente anotado.⁷³

A questão, no entanto, permanece em aberto, pois grande parte dos estudos demográficos disponíveis versa sobre os municípios cafeeiros de São Paulo nas primeiras décadas do século XIX. Com exceção de Bananal e de Campinas, antes do quarto final dos oitocentos nenhuma localidade paulista rivalizou em volume de produção e montante relativo e absoluto de escravos com os grandes municípios escravistas do Vale fluminense, isto é, Vassouras, Valença, Piraí, Barra Mansa, Paraíba do Sul e Cantagalo. Faltam pesquisas demográficas detalhadas a respeito desses municípios fluminenses, porém temos à disposição dois trabalhos pormenorizados sobre Vassouras e Bananal. Se a propriedade escrava nesses dois municípios foi desde o início da cafeicultura disseminada no tecido social, com um grande número de homens livres possuindo escravos, a concentração foi, não obstante, muito acentuada. Os dados agregados de Vassouras para o período de 1821 e 1880, por exemplo, informam que os mega-proprietários, donos de mais de cem escravos e correspondentes a 9% dos senhores, possuíram 48% da escravaria total; somados aos que tinham de 50 a 99 escravos (grandes proprietários), equivaleram a 21% dos senhores donos de 70% dos cativos. Os autores desses dois estudos esclarecem ainda que a acumulação de escravos nas mãos desses grandes e mega-proprietários ocorreu na fase de expansão das lavouras de café, isto é, de 1836 e 1850, durante a vigência do tráfico transatlântico ilegal e não após seu encerramento.⁷⁴

Em vista desses dados, pode-se afirmar que o grosso da produção de café de Vassouras e Bananal era obtido em unidades com escravarias numerosas, conclusão passível de generalização para os demais municípios

73 A bibliografia sobre o assunto já é bastante numerosa. Ver, dentre outros, MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1999. p. 67-108; MARCONDES, Renato Leite. Small and Medium Slaveholdings in the Coffee Economy of the Vale do Paraíba, province of São Paulo. *Hispanic American Historical Review*, Durham: Duke University Press, v. 85, n. 2, p. 259-281, May 2005; e a síntese mais recente de LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S., *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2010. p. 108.

74 Cf. SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX – senhores e escravos no coração do Império Rio de Janeiro: Civilização Brasileira*, 2008; MORENO, Breno A. S. *Demografia e trabalho escravo nas propriedades rurais cafeeiras de Bananal, 1830-1860*. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

cafeeiros do Médio Vale fluminense. Escravaria numerosa, entretanto, não significa necessariamente latifúndio. Não raro houve fazendas com mais de cem escravos que contavam com menos de 100 alqueires geométricos (480 hectares). Aliás, os trabalhos sobre a estrutura fundiária do Vale documentam a presença substantiva de sítios e situações, unidades com menos de 50 alqueires que englobavam a maioria das posses rurais, afora uma miríade de agregados e pequenos posseiros que dependiam de acordos com os grandes senhores para sua permanência na terra, em uma relação eivada de tensões. O tamanho usual para as fazendas que empregavam mais de cem escravos girava de cem a trezentos alqueires, sendo poucas as propriedades com área superior a isso; seja como for, eram seus donos que controlavam a quase totalidade da superfície de seus municípios.⁷⁵

A distribuição das propriedades rurais em uma espécie de colcha de retalhos, com uma mescla caótica de grandes fazendas, fazendolas, sítios e posses de agregados, ligava-se não só às particularidades da ocupação agrária da região, em especial o papel que essa assimetria desempenhava no jogo político local baseado em práticas de clientelismo,⁷⁶ como também às especificidades da organização do processo de trabalho e de produção. Por um lado, a produção de café era plenamente viável em pequenas unidades que a combinavam com o plantio de mantimentos destinados à venda no mercado. Por outro lado, dadas as necessidades de controle espacial da escravaria,⁷⁷ as

75 A informação das fazendas com grandes escravarias, porém inferiores a 100 alqueires, foi retirada de RIBAS, 1990, p. 47. Sobre a composição fundiária do Vale cafeeiro e suas tensões, ver os trabalhos de MUNIZ, 1990; MOTTA, 1998; SANTOS, Aldeci Silva dos. *A sombra da fazenda: a pequena propriedade agrícola na economia da Vassouras oitocentista*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Severino Sombra, Vassouras, 1999; NARO, Nancy Priscilla. *A Slave's Place, a Master's World: fashioning dependency in rural Brazil*. Londres: Continuum, 2000. p. 30-43. Para grandes fazendeiros e suas propriedades, temos à disposição bons estudos de caso: MUAZE, 2008; MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. *O visconde de Guaratinguetá: um fazendeiro de café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Studio Nobel, 2002. 1. ed. 1976; SILVA, Eduardo. *Barões e escravidão: três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984; CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo (Org.). *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995; COHN, Marjorie Rocha. *A fazenda Santa Sofia: cafeicultura e escravidão no Vale do Paraíba Mineiro, 1850-1882*. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013; LOURENÇO, Thiago Campos Pessoa. *O Império dos Souza Breves nos oitocentos: política e escravidão nas trajetórias dos comendadores José e Joaquim de Souza Breves*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

76 Cf. MOTTA, 1998; GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

77 Cf. MARQUESE, Rafael de Bivar. *Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860*. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 13, n.

grandes unidades em plena operação tinham um tamanho máximo que era ditado pelo tempo de deslocamento dos trabalhadores da quadra da senzala – sempre acoplada à casa de vivenda e às instalações produtivas – ao eito. Nisto reside o porquê de muitos dos mega-proprietários de escravos, donos de centenas e por vezes milhares de cativos, fundarem várias fazendas contíguas, cada qual com sua sede (senzalas, terreiros, engenhos, tulhas), ao invés de integrarem-nas em um único latifúndio. Fazendas com mais de 400 alqueires, afinal, exigiriam longas caminhadas da senzala aos cafezais, com o conseqüente dispêndio desnecessário de tempo e de energia dos trabalhadores.

A configuração interna das fazendas era igualmente a de uma paisagem descontínua, algo determinado antes de tudo pela topografia dos mares de morros. Mas não apenas isso, pois as próprias estratégias de gestão agrária adotadas conduziam a tal conformação. O plantio alinhado vertical dos pés de café ocorria nos morros de meia laranja, em terrenos de derrubada e queima de mata. No entanto, não se alocava o arbusto em todos os outeiros. De acordo com a altitude em que se situava a fazenda, as fileiras eram dispostas ou nas faces dos morros que recebiam o sol da manhã (“noruegas”), ou nas que eram ensolaradas à tarde (“soalheiras”). Durante o período de crescimento dos arbustos, cultivava-se milho e feijão entre as fileiras bastante espaçadas dos pés de café; baixios, várzeas e brejos, inadequados ao cafeeiro, eram cultivados com arroz e cana. Os arbustos assim plantados permaneciam produtivos por no máximo 25 anos, mas seus rendimentos eram perceptivelmente decrescentes a partir de 15 anos. Para manter a produção em patamares estáveis, fazia-se necessário replantar constantemente pés de café em matas de derrubada, com vistas à substituição dos arbustos velhos e improdutivos prestes a serem convertidos em pasto, roças de subsistência ou capoeiras.⁷⁸

Na base desses esquemas de administração da paisagem, cujos dois pontos essenciais eram o cultivo em derrubadas e o plantio alinhado vertical

e bem espaçado dos pés, residia o propósito de otimizar o processo de trabalho. A adoção da primeira técnica permitia o rápido preparo do terreno sem dispêndio excessivo de tempo de trabalho. A segunda técnica permitia, por meio da visualização, o controle estrito do trabalho dos escravos. No amanho dos cafezais, os escravos, organizados em turmas (ou ternos, na linguagem oitocentista) sob o comando de um capataz, eram alocados cada qual em uma fileira de arbustos, com o objetivo de seguirem todos o mesmo ritmo de trabalho. Dado que o espaçamento entre as fileiras era considerável (de 12 a 15 palmos, 2,64 a 3,3 metros), o capataz, na base do outeiro, poderia observar se a linha de cativos prosseguia no mesmo passo ditado pelos trabalhadores das pontas. No período de colheita, a organização do trabalho era distinta, seguindo um sistema de tarefas atribuídas individualmente a cada escravo do eito e variáveis conforme o volume estimado da safra.⁷⁹

A cafeicultura escravista brasileira combinou, assim, as duas modalidades básicas de organização do processo de trabalho escravo presentes nas demais regiões de plantation do Novo Mundo, as turmas sob comando unificado (*gang system*) e o sistema de tarefas individualizado (*task system*).⁸⁰ Tal arranjo, ademais, permitiu aos senhores a imposição de uma taxa assombrosa de trabalho a seus cativos. Na cafeicultura de Saint-Domingue, a um escravo de eito eram atribuídos usualmente entre 1.000 e 1.500 pés de café, o mesmo que se imputava aos escravos jamaicanos. Em Cuba, estimava-se que um cativo de roça cultivaria em média 2.000 pés, número semelhante ao do início da cafeicultura no Vale do Paraíba, onde, no entanto, pressupunha-se que os trabalhadores cultivariam também seus próprios mantimentos.⁸¹ Registros posteriores dão conta do que se passou a exigir dos

2, p. 165-188, jul.-dez. 2005. Ver, também, SANTOS, Marco Aurélio dos. *Geografia da escravidão na crise do Império: Bananal, 1850-1888*. 2014. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

78 Para a gestão agrícola empregada no Vale, ver FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): um estudo de relações não-capitalistas de produção*. 1983. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983. Sobre as articulações entre administração da paisagem e administração do trabalho escravo, ver MARQUESE, Rafael de Bivar. *Diáspora africana, escravidão e a paisagem da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba oitocentista. Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 7, p. 138-152, maio 2008. Ver também STEIN, 1990, p. 260-265, e o relato contemporâneo de LAËRNE, C. F. van Delden. *Brazil and Java: report on coffee-culture in America, Asia, and Africa*. Haia: Martinus Nijhoff, 1885. p. 253-382.

79 Os manuais agrícolas mais importantes para a cafeicultura escravista do Vale do Paraíba, que expressavam as práticas efetivamente empregadas pelos fazendeiros, foram a *Pequena memória do Padre Aguiar*, de 1836, e o famoso opúsculo de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck (Barão do Paty do Alferes), *Memória sobre a fundação de uma fazenda na província do Rio de Janeiro* (1ª ed. em 1847), com a organização de Eduardo Silva (Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa: Senado Federal, 1985). Para uma análise da série completa dessas publicações, ver MARQUESE, Rafael de Bivar. *Administração & escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 157-189.

80 Cf. MORGAN, Philip. *Task and Gang Systems: the organization of labor on New World plantations*. In: INNES, P. (Org.). *Work and Labor in Early America*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1988.

81 Sobre Saint-Domingue, ver GEGGUS, David P. *Sugar and Coffee Cultivation in Saint-Domingue and the Shaping of the Slave Labor Force*. In: BERLIN, I.; MORGAN, P. (Org.). *Cultivation and Culture: Labor and the Shaping of Slave Life in the Americas*. Charlottesville: University Press of Virginia, 1993. p. 77; para a Jamaica, HIGMAN, 2001, p. 159-191; sobre Cuba, NOA, Tranquilino

escravos com a progressiva especialização das fazendas. Um livro de contas de Cantagalo consultado pelo diplomata Johann Jakon von Tschudi em 1860 apontava cerca de 3.800 pés por escravo de roça. A tese que Reinhold Teuscher – médico de partido das fazendas de Antonio Clemente Pinto (barão de Nova Friburgo), também em Cantagalo – apresentou alguns anos antes à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro veiculava um número ainda maior: “5 a 6000 pés de café” para cada escravo de oito.⁸² As consequências do método agrônomo que possibilitava tais taxas de exploração do trabalho eram a erosão, o esgotamento do solo e o envelhecimento precoce dos pés, o que, por sua vez, demandava replantios periódicos em matas virgens. Sobre-exploração dos trabalhadores e devastação ambiental eram faces da mesma moeda na dinâmica da cafeicultura escravista do Vale do Paraíba e na formação do mercado de massa da bebida.

De 1840 em diante, a única região produtora mundial que se mostrou capaz de competir com o Vale do Paraíba foi a possessão holandesa de Java, na Indonésia. Suas trajetórias, porém, foram bastante distintas: enquanto a produção brasileira verificou aumento constante, a de Java estacionou no patamar de 75.000 toneladas métricas anuais. A discrepância muito revela sobre a natureza do complexo cafeeiro escravista do Vale. Vimos, na segunda parte do capítulo, que a economia de Java passou por sérias atribuições na virada do século XVIII para o XIX. Os esforços de reforma posteriores ao fim da V.O.C. levaram, na década de 1830, à construção de um novo modelo de exploração colonial, o *Kultuur Stelsel*, ou “sistema de cultivo”. Seu elaborador, Johannes Van den Bosch, avaliava que, diante da proximidade com os mercados europeus e o baixo custo do trabalho proporcionado pela escravidão negra nas Américas, seria impossível a Java competir no mercado mundial valendo-se unicamente do emprego de trabalho livre

Sandalio de. Memoria publicada por la Real Sociedad Patriótica sobre esta cuestión del programa: “Cuáles son las causas a que puede atribuirse la decadencia del precio del café, y si en las actuales circunstancias de su abatimiento seria perjudicial emprender su cultivo, o prudente abandonarlo”. Programa publicado en el *Diário del Gobierno de la Habana* en 10 de abril de 1829, p. 131-133. As informações para o Brasil das décadas de 1820 e 1830 estão na *Pequena memória* de Padre Aguiar e no *Manual do agricultor brasileiro*, de Carlos Augusto Taunay, p. 130.

82 Cf. VON TSCHUDI, Johann Jakob. *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. p. 41. 1. ed. 1866; TEUSCHER, R. *Algumas observações sobre a estatística sanitária dos escravos em fazendas de café*. 1853. 12 f. Tese (Para verificação de diploma) – Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1853. p. 6. Pedro Carvalho de Mello (*A economia da escravidão nas fazendas de café*, p. 17), trabalhando com documentos do Banco do Brasil produzidos entre 1867 e 1870, anotou de 2.976 a 4.955 pés de café por escravo, indicando que, quanto menor a propriedade, maior era a taxa de exploração.

em grandes unidades pertencentes a investidores privados. Em resposta ao problema, Van den Bosch propôs um esquema – logo implementado pelo Estado holandês – no qual os camponeses indonésios seriam compelidos a pagarem imposto fundiário. Tratava-se de uma reconfiguração em novas bases de práticas pretéritas da V.O.C: sob o *Kultuur Stelsel*, os camponeses deveriam alocar um quinto de suas terras para o granjeio de artigos determinados pelo governo, fornecendo-os a preços fixos aos armazéns oficiais sem serem supervisionados no processo de produção. O café se tornou a espinha dorsal do sistema e a principal fonte de rendas para o Estado colonial. Os preços pagos aos camponeses não seguiam os valores do mercado mundial do café, o que resultava em uma imensa transferência de excedentes para os poderes coloniais. Os ganhos se ampliavam com as operações da *Nederlandsche Handelmaatschappij*, uma companhia semimonopolista que remetia o artigo para venda no mercado de Amsterdã.⁸³

O “sistema de cultivo” permitiu um notável aumento da produção de café de Java em relação ao século XVIII, levando-a a oferecer parte significativa do volume importado pela Europa no século XIX. O produto javanês, entretanto, só poderia crescer caso ocorresse o mesmo com sua população camponesa, mais preocupada com a combinação de atividades econômicas que garantiam o provento de suas famílias do que com a maximização da produção cafeeira, vista como uma imposição do Estado colonial.

O contraste com o Império do Brasil não poderia ser mais completo. Em 1883, já no contexto da crise do escravismo, C.F. Van Delden Laërne, um agrônomo holandês com vasta experiência de terreno em Java, visitou as províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo para examinar qual o segredo do volume da produção brasileira. Após uma estadia de seis meses, redigiu um minucioso relatório que ainda hoje é uma das melhores fontes para o estudo da escravidão na cafeicultura brasileira. Após fazer uma avaliação da quantidade de cativos empregados diretamente nas faixas do café, Laërne advertia o leitor que prestasse atenção “a esses cálculos, por mais que pareça neste país [Holanda] que o plantio do café no Brasil requiera mais mãos do que efetivamente ocorre. No capítulo a respeito da agronomia do café, vamos aprender como é possível, com tão poucas

83 Sobre o *Kultuur Stelsel* e a cafeicultura javanesa, ver ELSON, 1994; CLARENCE-SMITH, 1994; FURNIVALL, J. S. *Netherlands India: a study of plural economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1944. p.80-147; BAARDEWIJK, F. V. *The cultivation system, Java 1834-1880*. Amsterdã: Royal Tropical Institute (KIT), 1993. p. 12-14.

peças, produzir uma safra com mais de seis milhões de sacas [360.000 toneladas]”.⁸⁴ A resposta ao enigma não era difícil de ser encontrada. A fronteira aberta e a mobilidade proporcionada pelo trabalho escravo, somadas, após a década de 1860, à construção da malha ferroviária e à adoção de maquinário avançado de beneficiamento que permitia poupar mão de obra e deslocar mais cativos ao eito,⁸⁵ tornaram a produção brasileira altamente elástica, apta não somente a responder rapidamente aos impulsos do mercado mundial, como, sobretudo, a comandá-los.

É aqui que se encontra o caráter radicalmente moderno da escravidão no Vale do Paraíba. Com base nela, o Brasil se tornou capaz de determinar o preço mundial de um artigo indissociável do cotidiano das sociedades urbanas industriais, cujos ritmos de trabalho passaram a ser marcados pelo consumo da bebida. Nas fábricas, no comércio, nas repartições públicas, nos hospitais, nas escolas ou em qualquer outro lugar no qual a cadência fosse ditada pelo tempo do relógio, o estimulante se tornou onipresente. Não por acaso, Brasil e Estados Unidos – o paradigma do novo modo de vida industrial e do consumo de massa – foram as duas pontas principais da cadeia da mercadoria ao longo do século XIX, algo que se estreitou na centúria seguinte. E, como em vários outros momentos do capitalismo histórico, a formação de uma nova *commodity frontier* para o abastecimento das zonas centrais articulou de forma direta a degradação do trabalho e da natureza nas zonas periféricas. A novidade do Vale do Paraíba, em relação às outras fronteiras que o haviam precedido, consistiu em sua escala, até então sem precedentes. Seus fazendeiros não só promoveram um dos mais intensos fluxos de africanos escravizados para o Novo Mundo, parte do qual sob a marca da ilegalidade, como igualmente arrasaram, no espaço de apenas três gerações, uma das mais ricas coberturas florestais do mundo. Produção em massa, consumo em massa, escravização em massa, destruição em massa: tais foram os signos da modernidade que conformaram a paisagem histórica do Vale do Paraíba.

84 LAËRNE, 1885, p. 124.

85 Cf. SUMMERHILL, William R. *Order against progress: government, foreign investment, and railroads in Brazil, 1854-1913*. Stanford: Stanford University Press, 2003; SLENES, Robert W. Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da Província do Rio de Janeiro, 1850-1888. In: COSTA, Iraci del Nero (Org.). *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE: USP, 1986; FRAGOSO, João L. R. A roça e as propostas de modernização na agricultura fluminense do século XIX: o caso do sistema agrário escravista-exportador em Paraíba do Sul. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Anpuh, v. 6, n. 12, p. 125-150, mar.-ago. 1986.

Novas considerações sobre o Vale do Paraíba e a dinâmica imperial

Mariana Muaze

O presente artigo¹ trabalha com a interpretação de que a ascensão da economia cafeeira na região do Vale do Paraíba fluminense e a expansão da classe senhorial do Império são processos interligados e interdependentes. Sendo assim, considera que os lucros, demandas e interesses constituídos em torno da cafeicultura no centro-sul foram imprescindíveis para a consolidação da classe senhorial na sua dimensão nacional. A economia cafeeira e as identidades constituídas em torno da manutenção da escravidão criaram condições para que esta classe entretencesse práticas de vida – materiais, econômicas, sociais, culturais e políticas – em torno da construção de um Estado nacional, conformando-o como sua principal fonte de sustentação social e objeto de direção política.²

Portanto, na perspectiva aqui apresentada, a história local do Vale do Paraíba fluminense e o contexto político, econômico e social do Brasil no oitocentos possuem conexões essenciais. Dentre elas, pode-se destacar a transformação do Vale do Paraíba fluminense em maior exportador mundial de café, processo viabilizado por uma política pró-escravista, de cunho nacional, claramente desenhada para garantir a continuidade desta instituição no Brasil.³ Contudo, não se trataria mais de uma escravidão em

1 Esta é uma nova versão do texto “o Vale do Paraíba fluminense e a dinâmica imperial” publicado em *Inventário das fazendas do Vale do Paraíba fluminense: fase III*. Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Patrimônio Cultural: Secretaria de Estado de Cultura, 2010. E em *Instituto Cidade Viva*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <www.institutocidadeviva.org.br>.

2 Sobre as relações entre escravidão e construção do Estado imperial, ver: MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990.

3 Ibid. Ver ainda, SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX – senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008; PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011.